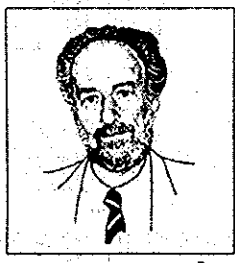


WASHINGTON NOVAES

Aprender a fazer contas

Há poucas semanas, o autor destas linhas presenciou em Foz do Iguaçu, na Itaipu Binacional, o lançamento de um "Pacto da Água Boa". Tratava-se de juntar num projeto coletivo dezenas de municípios de uma sub-bacia do Rio Paraná, na tentativa de eliminar ou reduzir proble-



Vamos ter de nos acostumar a contabilizar os custos de nossas ações, para poder corrigir

mas decorrentes do modelo agropecuário descuidado – erosão do solo, carreamento de sedimentos para o reservatório da usina, assoreamento (e perda de capacidade de armazenar), eutrofização (por causa de agrotóxicos e fertilizantes) da água que atende à maior parte do consumo da cidade e de sua indústria do turismo. Para complicar mais um pouco, é problema que exige ação conjunta dos demais países do outro lado do rio.

Era uma dessas complexidades cada vez mais frequentes no nosso cotidiano. E da qual deu o melhor exemplo um problema ali colocado: o do mexilhão dourado. Com esse nome sugestivo, o molusco está representando um problema enorme, que seria difícil imaginar há algumas décadas. Vindo da China, agarrado ao casco de navios que demandavam o porto de Buenos Aires, ele subiu o rio e chegou ao reservatório. Há uma década, numa primeira contagem, foram encontrados em média quatro mexilhões por metro quadrado; hoje, são 80 mil por metro, que danificam tubulações, equipamentos, etc. Falava-se ali em importar tucunares para predá-los. Mas alguém perguntou: e quem prederá o tucunaré, que é de outra bacia, não tem predadores naturais ali?

Tudo o que fazemos está ficando cada vez mais complexo. E exigindo que mudemos nossas posturas, aprendamos a fazer contas, contabilizar os custos de nossas ações, para poder corrigir. Ou, então, afundaremos na

insustentabilidade geral, de que já temos tantos avisos.

Os problemas gerados pela agropecuária, ali tratados, são comuns a todas as regiões do Brasil. Mas não estão em discussão. Nem os mencionados acima (erosão, degradação de bacias hidrográficas, desperdício de água na irrigação, polui-

ção da água, conflitos pelo uso, etc.) nem outros, como os custos dos resíduos de criações e êxodo rural nas últimas décadas, por força das monoculturas e da mecanização intensiva – com a transferência de gigantescos contingentes humanos para as cidades, exigindo do Poder Público investimentos mirabolantes em infra-estruturas que ele não tem como fazer (e por isso se degradam as periferias).

Vamos ter de repensar todos os nossos modos de fazer e viver. Nas cidades, por exemplo, a tentadora lógica da aglomeração – que muitos economistas tanto defenderam há três décadas, sob a alegação de que o investimento no aglomerado proporciona retorno mais rápido e maior. Só que gera custos imensos, não previstos.

E a ameaça de ingovernabilidade dos grandes centros.

Mais de uma vez, já foram mencionados aqui cálculos sobre o número de horas/homens de trabalho perdidos em congestionamentos na Grande São Paulo. É um número muitas vezes superior aos investimentos que seria necessário fazer em transporte de massa para reduzir o problema. Mas não se caminha por aí, certamente porque há outros interesses – principalmente nos setores ligados ao transporte individual – de que continue assim. Mas o Poder Público vai pagar por vários caminhos, inclusive nos custos do sistema de saúde no tratamento de doenças respiratórias causadas pela poluição do ar.

Essa é, inclusive, uma das causas do aumento permanente da carga fiscal. O Poder Público corre desesperado atrás de novos recursos – ao mesmo tempo em que mergulha na guerra fiscal (incentivos, subsídios) que reduz sua receita. Sem que isso represente exatamente benefício para o cidadão/consumidor, que continua a pagar os impostos (o ICMS, o ISS) no que consome. Só que esses recursos não chegam ao Tesouro público. E ajudam a concentrar a renda, sem nenhuma contrapartida exigida do beneficiário, em geral.

É sempre o cidadão/consumidor que paga. Por isso,

ele precisa aprender a discutir essas questões com quem governa, quem se candidata a cargos públicos. Se não discutir, vai engolir o argumento de que esse tipo de "crescimento econômico" gera muitos empregos e outros benefícios. Mas é só olhar o quadro do emprego no País todo e se vai ver que não é bem assim.

O País vive hoje um momento delicado, com fortíssimas pressões para a "retomada do crescimento", investimentos gigantescos em ligações e transposições de bacias hidrográficas, avanço da fronteira agropecuária pela Amazônia, expansão da oferta de energia (embora estejamos consumindo apenas uns 50% da disponibilidade, como publicou este jornal). E se fala com tanto entusiasmo que se chega a mencionar a possibilidade de uma "crise de abundância" na produção agrícola – isto é, produção acima da possibilidade de ser comprada pelo mercado externo, com a provável queda de preços.

É um instante crucial, que aconselha prudência e opções corretas. Para a geração de empregos e postos de trabalho, por exemplo, vale a pena consultar o precioso livro *Desenvolvimento Humano*, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil, do professor Ignacy Sachs, publicado no ano passado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Sebrae. Está ali um roteiro muito útil para enfrentar a questão do desemprego, via estímulos à agricultura familiar e aos trabalhadores informais, pequenas e microempresas. Alternativas concretas são discutidas. E por esses caminhos seria possível transformar o cidadão comum, pequeno e desamparado em beneficiário do processo, em lugar de mero pagador de impostos (em tudo o que come, veste, etc.).

Vamos ter de acostumar-nos a fazer contas. Em tudo. Para criar a sustentabilidade ambiental e social.

